

EDIÇÃO ESPECIAL

ISSN: 2318-9711

O COSMOPOLITICO

A PEC É
PRECARIZAÇÃO!
QUEREMOS MAIS
DINHEIRO PARA
SAÚDE E
EDUCAÇÃO

ESTUDANTES
PELO FIM
DO DESMONTE
DO ENSINO
PÚBLICO!

OCCUPAÇÃO





UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Reitor da UFF: Sidney Luiz de Matos Mello

Vice Reitor da UFF: Antonio Claudio Lucas da Nóbrega



INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS

Diretor do INEST: Prof. Titular e Emérito Eurico de Lima Figueiredo



COORDENAÇÃO D'O COSMOPOLÍTICO:

CENTRO ACADÊMICO SERGIO VIEIRA DE MELLO

ISSN 2318-9711

Universidade Federal Fluminense - UFF | Instituto de Estudos Estratégicos (INEST)

Departamento de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais (DEI)

Graduação de Relações Internacionais | Centro Acadêmico Sergio Vieira de Mello

Endereço: Campus do Valonguinho - Alameda Prof Barros Terra, s/n - 2º andar,

Centro - 24020-150 - Niterói - RJ

Email: ocosmopolitico@gmail.com | site: <https://www.ocosmopolitico.com>

STAFF

O Cosmopolítico | Ano 4
Niteroi, RJ - Novembro 2017

VIRGINIA BELINOT
EDITORA-CHEFE

STELLA BONIFÁCIO
VICE EDITORA-CHEFE

YASMIN PAES
EDITORA CIENTÍFICA

DAVID MORAIS
EDITOR CONSULTIVO

BRENDA HARRIS
EDITORA EXECUTIVA

O Cosmopolítico é um periódico do curso de graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal Fluminense. Criado em 2011, teve como objetivo divulgar textos acadêmicos, literários, charges e entrevistas na área de Relações Internacionais. Em 2014, o Cosmopolítico passou por uma expansão em seu quadro de membros, passando a contar com uma equipe maior, capaz de lidar com os desafios de sua nova fase e comprometida em transformar o periódico em uma referência na área.

A partir de 2016 a revista passou por uma nova fase de transição com objetivo de consolidação em termos institucionais, contando agora com editais para renovação de membros do corpo editorial e para chamada de artigos externos, apresentando maior transparência no processo de avaliação, e expandindo o conselho editorial para professores de outras instituições nacionais e internacionais.

Capa e artes por:

Renan José da Silva Antunes Landim

Fotos por:

Ludy Tavares e Mariana Guimarães

Mais fotos em: <https://www.facebook.com/ocupablocoauff/>

Diagramação por:

Stella Bonifácio da Silva Azeredo

Revisão final por:

Virginia Belinot

APOIO:



EQUIPE EDITORIAL

Conselho Editorial

Prof. Dr. André Luiz Varella Neves (UFF)

Prof. Dr. Alex Jobim Farias (UFF)

Prof. Dr. Eurico de Lima Figueiredo (UFF)

Prof. Dr. Fernando Roberto Freitas Almeida (UFF)

Prof. Dr. Frederico Carlos de Sá Costa (UFF)

Prof. Dr. Gabriel Passeti (UFF)

Prof. Dr. Luiz Pedone (UFF)

Prof. Dr. Márcio Rocha (UFF)

Profa. Ma. Mariana Alves da Cunha Kalil (UFF)

Prof. Me. Miguel Patrice Philippe Dhenin (UNIFAP)

Prof. Dr. Renato Petrocchi (UFF)

Prof. Dr. Thiago Moreira de Souza Rodrigues (UFF)

Prof. Dr. Thomas Ferdinand Heye (UFF)

Prof. Dr. Vágner Camilo Alves (UFF)

Prof. Dr. Victor Leandro Chaves Gomes(UFF)

Prof. Dr. Vitelio Marcos Brustolin(UFF)

EQUIPE EDITORIAL

Editoria de Administração

Ana Carolina Goulart de Oliveira
Marcia Beatriz Santiago Pereira de Carvalho
Ketlyn Rogéria da Silva Alfradique

Editoria de Comunicação

Camila Rocha de Almeida
Júlia Furtado
Matheus Ribeiro Morandini Diogo
Renan José da Silva Antunes Landim

Editoria de Redação

Analice Quintanilha Porto Gomes
Anderson de Oliveira Amendola da Silva
Bruna de Almeida Cabral Correa
Bruno Gonçalves Dias
Beatriz Martins de Albuquerque
Clara Luisa Giugovaz Baleeiro
Daniel Porcel Bastos
Daiane Leticia Ferreira
Gabriela Fernandes Tapajós Cunha
Giovanna Clapis
Giovanna de Oliveira Martins
Gustavo de Souza Moraes
Isabela Gonçalves Araujo
Igor Magalhães Queiroz
Júlia Mayrinck dos Santos
Letícia Diniz Nogueira
Letícia Cruxen Godinho
Lucas Gazetta Ribeiro
Luísa de Sá Rollemberg
Matheus Campos Vicente
Priscila Ketlin Garcia Oliveira
Vanderson Pereira de Castro
Victória Batistela Silva Rodrigues

Resistir é preciso: um ano da ocupação.

Virginia Belinot

No dia 8 de novembro 2016, em uma assembleia histórica do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal Fluminense, foi aprovada com 173 votos a favor, e apenas 17 contra, a ocupação com piquete do Bloco A do Campus Gragoatá.

Em uma ocupação integrada com os cursos de Estudo de Mídias, Turismo e outros, permanecemos ocupando por mais de um mês. Nossos alunos foram para protesto nas ruas, inclusive nas de Brasília, onde encontraram muita violência vinda de um governo ilegítimo o qual o propósito único é nos desmobilizar, destruir o nosso futuro. Essa afirmação pode parecer pesada, mas as ocupações lutavam contra a PEC 241 ou 55, que colocou em pauta um congelamento dos gastos públicos nas áreas de saúde e educação por 20 anos. Essa PEC, infelizmente, foi aprovada no dia 13 de dezembro de 2016.

Parte dos integrantes d'O Cosmopolítico participaram ativamente dessas ocupações e escreveram um texto durante a ocupação sobre como era estar ali. Foi desse texto que me surgiu a ideia dessa edição especial da revista sobre as Ocupações do Bloco A, principalmente para poder honrar todo o esforço e trabalho daqueles alunos que lutavam não por sua geração, mas pela próxima, que conseguiam enxergar nessa PEC um caminho sem volta, que prejudicará imensamente os próximos 20 anos.

Essa revista junta relatos de alunos e professores que tiveram direta participação nas ocupações, contando com textos escritos na época, assim como a perspectiva desses mesmos alunos um ano depois da ocupação. Temos também a contribuição de uma aluna que teve a oportunidade de participar da ocupação na França em Março de 2016, na Universidade de Vincennes-Saint-Denis, assim como participou da ocupação da UFF. Contamos com entrevistas de professores, e suas análises sobre o que nos espera no futuro. Ademais, disponibilizamos fotos que mostram o que foi a realidade dessas ocupações.

Quero agradecer imensamente a todos os alunos e professores que fizeram essa edição possível. A mensagem que eu gostaria de passar para o futuro com essa edição é para continuarmos lutando, para que nunca percamos esse otimismo que acompanha a juventude, que busca se reinventar para assim poder reinventar o mundo.

SUMÁRIO

Ocupa e resiste

por Victória Batistela, Daniel Porcel e Lucas Gazetta, p.9

Liberté, Egalité, Fora Temer: algumas considerações sobre os movimentos de ocupação na França e no Brasil

por Mariana Janot, p. 15

A política no Brasil um ano após as Ocupações: crise e perspectivas

por Victória Batistela, p. 20

Ocupa Bloco A: ressignificação de nosso espaço comum e fortalecimento de laços entre estudantes e trabalhadores

por Daniel Porcel , p.24

O papel das ocupações na luta pela educação

por Lucas Gazetta, p.26

Entrevista com professores de Relações Internacionais da UFF: Frederico Costa, Victor Leandro Chaves Gomes e Fernando Roberto Almeida.

por Clara Luisa Baleeiro, Stella Bonifácio, Thiago Salgado e Virginia Belinot p.30

Depoimentos de estudantes que ocuparam o Bloco A do Campus Gragoatá da UFF

p.39

□ POVO
TEM O PODER
SO' PRECISA
DESCOBRIR

OCUPA E RESISTE

Victória Batistela, Daniel Porcel e Lucas Gazetta

O fenômeno da ocupação marca uma nova estratégia de resistência política no cenário brasileiro. Este processo, iniciado pelo movimento de estudantes secundaristas tem-se proposto a criar uma cultura política de movimento estudantil inédita, e já atingiu resultados sem precedentes: mais de mil escolas e de cem institutos federais foram ocupados, com o objetivo de construir uma unidade nacional de resistência contra a PEC 55, e outros retrocessos do governo golpista de Michel Temer, como a Reforma do Ensino Médio, a Reforma da Previdência e o Escola Sem Partido. Ocupar, para além de semântica original da palavra, passou a expressar ressignificação dos espaços. O modelo de ensino das instituições federais, altamente hierarquizado e pragmático, foi uma das problemáticas a ser mudada na experiência da ocupação. A relação “professor x aluno”, estritamente vertical, foi reavaliada de forma a internalizar a ideia de que o conhecimento é construído através da participação de ambos os lados. A experiência de questionamento do formato de educação universitário nos proporcionou uma oportunidade de pensar e planejar um modelo de educação inédito: a partir da ótica dos estudantes. Assim, aulas tradicionais se tornaram rodas de conversas a partir das quais enfraqueceram-se as relações hierárquicas, horizontalizando a produção de conhecimento crítico. Para além disso, ao pragmatismo de aulas puramente conteudistas, agregaram-se atividades que exploram melhor as habilidades cognitivas e sensoriais dos estudantes – fomentando saber com sabor -, tão fundamentais para a formação de cidadãos ativos político e socialmente. Desconstruiu-se, portanto, a analogia da educação tradicional, na qual o professor levaria a luz do conhecimento ao ‘aluno’ (em latim, correspondente a ausência de luz).

No que tange a estratégia política, a ocupação de escolas, institutos e universidades federais visa resistir aos retrocessos político-econômico-sociais, caracterizados por ataques a direitos sociais conquistados, e pelo desmonte dos serviços públicos essenciais pelos próximos 20 anos, sobretudo os que atingem a educação pública. Apesar da unidade em torno das ocupações terem seu enfoque principal combater a PEC 55, as reivindicações das ocupações são das mais diversas, e podem contemplar também mudanças em outras esferas, como pautas relativas aos departamentos dos cursos, estrutura das aulas, políticas da universidade, do município e do estado.

Frente à crise política representativa e econômica que acomete o Brasil atualmente, acreditamos que existem alternativas possíveis para a saída da crise que não passam por políticas de austeridade, as quais trazem severos impactos principalmente na vida dos trabalhadores. Para os defensores da PEC 55, a economia de um país pode ser comparada à economia doméstica. Ou seja, da mesma maneira que temos que economizar quando as contas familiares não batem, o Estado deve fazer o mesmo. Porém, sabe-se que esse discurso trata da busca de soluções pró-cíclicas características de governos neoliberais que não alteram o status quo. Assim, protegem-se os banqueiros e as elites do país, que têm seus interesses e privilégios intactos. A conta da crise, pois, recai de maneira seletiva ao bolso do trabalhador brasileiro, e se manterá assim nas próximas duas décadas. Para nós, a crise econômica deve ser tratada pela raiz e deve passar por reformas estruturais e pontuais na política brasileira, como a Auditoria da Dívida Pública, a Reforma Tributária - que hoje recai apenas sobre o consumo, e não sobre a renda -, e a Taxação de Grandes Fortunas e de Heranças. Torna-se importante ressaltar a ausência de qualquer debate sobre a PEC 55 com a população brasileira e com movimentos sociais, bem como a tentativa de aprová-la o quanto antes, por mais que ela se mantenha congelando os investimentos em serviços públicos durante os próximos 4 governos federais.

A experiência de ocupação do Bloco A do campus do Gragoatá da UFF carrega suas particularidades. Visto como estritamente administrativo, de passagem, e descontínuo pelos diversos cursos e institutos nele ministrado, tradicionalmente conta com dificuldade de se engajar politicamente como unidade, devido sobretudo à dinâmica de organização do bloco, que ao separar os cursos por andares, inviabiliza uma troca de experiência espontânea entre os estudantes. Fundamental para subversão dessa configuração foi a mobilização dos estudantes em prol da autoconscientização acerca da situação política e social do país, a partir de passagens em salas e aulões públicos antes da ocupação. A construção da unidade necessária para o engajamento do bloco sustentou-se a partir do pilar da problemática comum a todos, a PEC do teto dos gastos, o que permitiu, por sua vez, construir uma identidade ampla e plural.

Assim, superada a distância entre os cursos, e rompendo-se com sua tradicional desmobilização, a primeira assembleia do bloco A real, de quórum histórico, reuniu estudantes de 5 cursos diferentes (Relações Internacionais, Estudos de Mídia, Turismo, Hotelaria e Artes), e democraticamente deliberou pela ocupação, posta em prática imediatamente, no dia 8 de novembro. A partir desse momento, assembleias ordinárias configuraram-se como principais instrumentos decisivos e democráticos de funcionamento interno. Baseadas nos princípios de participação e horizontalidade, garantiu-se uma experiência de autogestão sem precedentes no histórico do Bloco A. A coordenação da estrutura necessária para o funcionamento da ocupação - tais como alimentação, segurança, finança e limpeza -, bem como o papel da ocupação em atrair alunos, dialogar com professores, funcionários e a população em geral, ficou a cargo dos Grupos de Trabalho, que contavam com autonomia para deliberar pelo bem-estar de todos os ocupantes. Em assembleias ordinárias, ajustou-se e amadureceu-se a performance dos GT's, sempre com a finalidade de torná-los mais contemplativos e plurais. Assim, em constante melhoria, as funções específicas dos GT's foram internalizadas pelos ocupantes e se diluíram entre todos, mais uma vez agregando a essa experiência política microcósmica.

A ocupação de um espaço público que é nosso por direito, transbordou e modifi-

cou as relações superficiais para/com todo o espaço universitário, trabalhadores e estudantes que aqui convivem diariamente. Observou-se, ao longo das primeiras semanas, a criação de um processo de pertencimento com esse espaço – resultado da vida em comunidade estabelecida na ocupação – o qual direcionou-se à construção de uma identidade coletiva de estudantes do bloco A, em detrimento a uma separação de identidades por cursos. Dessa maneira, pudemos expressar essa identificação coletiva na própria estrutura física do bloco (paredes, escadas e corredores- ver fotos em anexo). Ademais, é necessário reconhecer que uma ocupação não se mantém ativa somente pelos estudantes que ali estão vivendo, como também por pessoas e entidades que se dispõem a apoiar o movimento, seja por meio de doações financeiras, de mantimentos e das próprias refeições dos ocupantes. O apoio em especial do SINTUFF (servidores) e ADUFF (docentes), que disponibilizaram meios para a alimentação diária dos ocupantes, foi crucial para a continuidade das ocupações da UFF.

Para além das dificuldades orgânicas relativas a ocupação, precisou-se lidar com a pressão da sociedade civil e a de movimentos que se posicionaram contra o processo de ocupações. Não é novidade que a influência da grande mídia acerca dessa movimentação nacional foi determinante para a criação de uma opinião pública contra os estudantes e a favor do status quo, criminalizando abertamente essa forma de resistência legítima. Perdurar frente a toda essa oposição instituiu uma necessidade de formulação de esquemas de segurança extraordinária que resguardassem a integridade dos estudantes e da própria ocupação. Ademais da obstinação frente à pressão social e midiática, foi necessário aprender a lidar com particularidades da inédita – para maioria dos estudantes - situação de ocupação. Cada um reagiu física e emocionalmente de forma singular.

De acordo com *Ciro Tourinho*, estudante de Relações Internacionais do oitavo período, e ocupante durante todo o processo, “[a ocupação] para mim, foi uma grande novidade na minha vida e na de todo mundo provavelmente, porque mudou a forma com que você vê as pessoas com as quais se convive e a própria universidade. E mudou também a visão a respeito de pessoas ‘invisíveis’ que trabalham no campus. Desde o começo, tive a expectativa de que a ocupação seria algo trabalhoso, e eu estava errado, pois foi muito mais trabalhoso do que eu imaginava: tivemos que limpar o bloco, as coisas que a gente sujava, e cuidar da nossa segurança, que é uma coisa bem problemática. Vivemos uma situação na qual estamos nos expondo por um ideal, sendo que há pessoas que realmente se posicionam contrariamente, e que podem nos atacar - fisicamente inclusive. Mas a ocupação permitiu o convívio com muitas pessoas que a gente não conhecia, ou conhecia de vista, o que é algo que muda muito a forma como se enxerga toda a universidade. Cinco cursos diferentes assistem aula no Bloco A, compostos por pessoas que não tínhamos contato e agora vemos as diferentes realidades do nosso convívio no bloco. Obviamente, convívio não é uma coisa fácil. Se a gente briga na nossa casa porque a pessoa não lavou a louça, na ocupação isso talvez cresça um pouco. O lado positivo é que as pessoas na ocupação são mais proativas do que cotidianamente, e assim não se criaram grandes confusões. Mas ainda assim muitas coisas que envolvem relacionamento, questões políticas e problemas antigos vêm à tona numa ocupação ainda mais quando estamos sendo ‘obrigados’ a conviver diariamente com essas pessoas. Então, é difícil e trabalhoso o convívio. Na nossa ocupação, tivemos um momento de relativa paz, mas quando nos vi-

mos em Brasília, apanhando da polícia, diante das divergências entre frentes políticas, e de tensões específicas anteriores internas, a convivência passou a tornar-se mais difícil. Brasília foi um balde de água fria pela materialização da ideia do governo nos ignorar e passar por cima de nós com cavalaria, inclusive. Após nosso reestabelecimento da volta de Brasília, pudemos perceber nossas vitórias também, e assim percebemos que ser derrotado numa batalha não nos impede de continuar lutando. No entanto, é muito difícil conseguir seguir em frente da mesma forma quando você vê que o governo simplesmente não liga para o posicionamento de tanta gente. Então acho que o episódio de Brasília esfriou nosso engajamento.

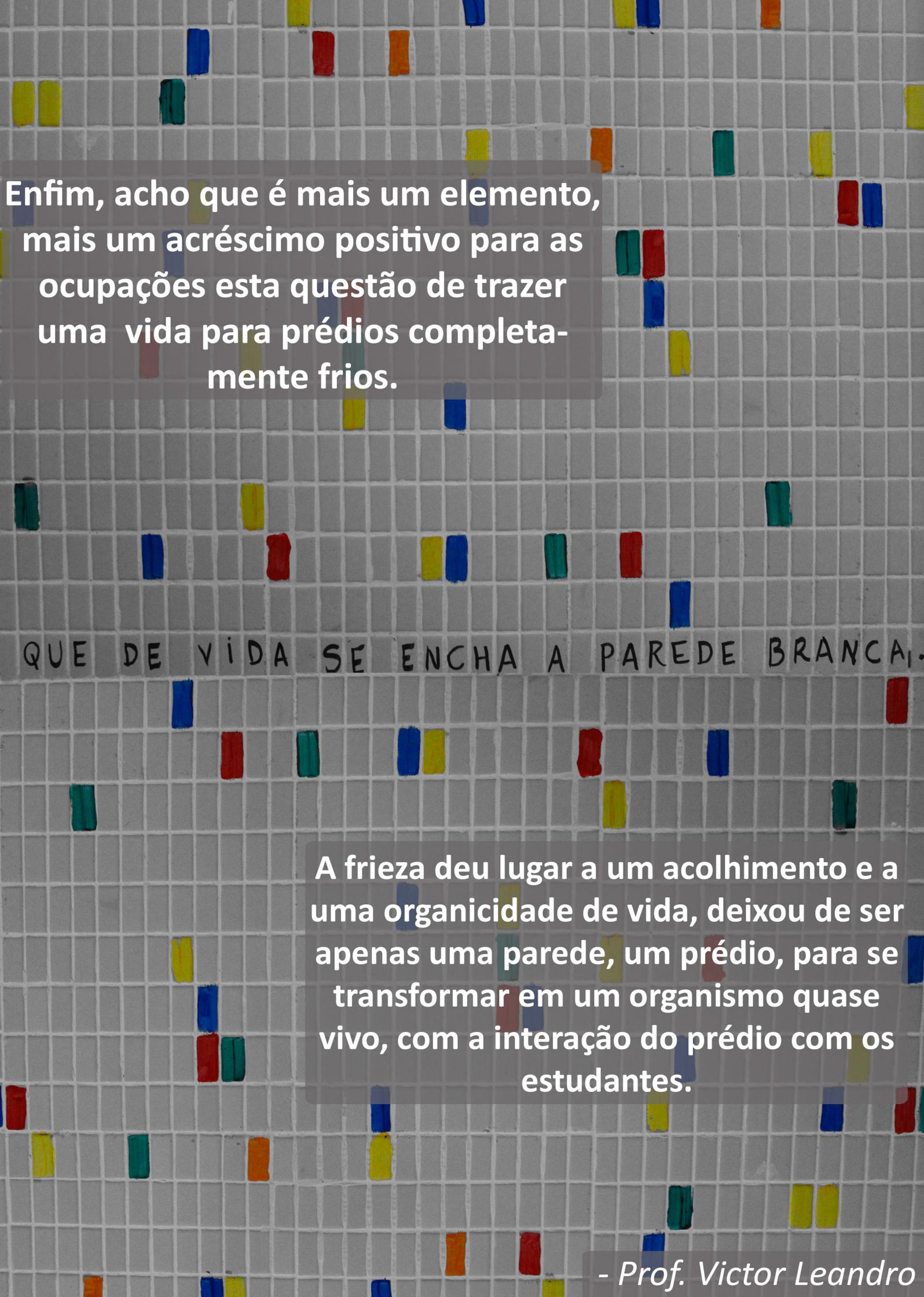
Por mais que tenha sido desgastante fisicamente e emocionalmente, a experiência da ocupação foi muito boa pois eu estava trabalhando por algo que via resultado, e que tinha um papel muito importante no funcionamento administrativo da ocupação. Criou-se, então, uma ideia de sociedade, sem hierarquia. Criei a ideia dentro de mim de que é possível sim conviver, desde que consigamos encontrar uma certa harmonia. Consegui criar esperanças, pois não me sentia mais sozinho, mas fazia parte de um grupo no qual as pessoas prezam uma pelas outras. Acho que, talvez, a ocupação da UFF funcionou bem porque foi composta por núcleos reduzidos que deliberavam individualmente, mas mesmo assim, houve diversas questões problemáticas entre as ocupações, desde casos de racismo e machismo, até questões mais organizacionais. A longo prazo, talvez, pudéssemos encontrar uma forma de organizar melhor o funcionamento desse modo de vida coletiva.

Já as minhas perspectivas para um futuro de curto prazo, não são boas e nem de vitórias, pois teremos que lutar muito ainda. A longo prazo, acho que essas ocupações vão fazer muita diferença nas próximas gerações do Brasil. A ideia de nós estarmos criando nossa micro sociedade, e de que podamos decidir as coisas conversando horizontalmente para atingir um bem maior fará com que as pessoas enxerguem que existem alternativas ao atual panorama político que se vive hoje. As ocupações do Brasil vão criar uma consciência maior entre a juventude que facilmente poderá ser difundida pela sociedade. Várias pessoas tiveram contato com a participação direta na política, que por sua vez apresentou um horizonte de possibilidades para muitos, e eu acho que essas possibilidades que presenciamos vão garantir que nós possamos criar coisas melhores para o futuro, mesmo que agora vivamos uma situação horrível.”

Toda a luta coletiva através das ocupações pautou-se na resistência às medidas de retrocesso do governo ilegítimo atual. Não fomos ingênuos em momento algum; temos consciência que esse é só o início de uma luta permanente a favor dos direitos sociais, dos serviços públicos de qualidade e da democracia. Apesar de a PEC ter sido aprovada na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, não consideramos nossa luta em vão. As pequenas vitórias cotidianas conquistadas, tais como visibilidade nacional e internacional a respeito do panorama político nefasto que atualmente vigora no Brasil, são saldos positivos e inegáveis. A data da primeira votação da PEC no Senado (29 de novembro), e dia de manifestação nacional na capital federal, reuniu estudantes e trabalhadores de todas as partes do país para pressionar os senadores durante a votação e foi fundamental para concretizar fisicamente uma unidade nacional contra a PEC, apesar da rápida e brutal dispersão dos manifestantes com bombas de gás lacrimogênio, balas de borracha e cassetetes. A repressão atroz policialesca aos estudantes que lutam por seus direitos se intensifica a medida em que

representamos efetivamente uma ameaça a “ordem” vigente, o que termina por acovardar a casta política de Brasília, que opta pela repressão desproporcional às nossas manifestações. O diálogo nunca é considerado uma opção.

Assim, nossas projeções políticas se opõem radicalmente ao projeto do atual governo federal. A unidade estudantil nacional construída nesse primeiro momento se fortalecerá frente às forças antidemocráticas postas na atual conjuntura. Tendo em vista o inimigo comum, a juventude não se acovardará diante dos retrocessos em voga e seguirá reinventando formas de resistência, sempre em direção da pluralização e massificação de um movimento inclusivo, e que não se restrinja apenas aos estudantes, mas que contemple toda a sociedade civil.



Enfim, acho que é mais um elemento, mais um acréscimo positivo para as ocupações esta questão de trazer uma vida para prédios completamente frios.

QUE DE VIDA SE ENCHA A PAREDE BRANCA.

A frieza deu lugar a um acolhimento e a uma organicidade de vida, deixou de ser apenas uma parede, um prédio, para se transformar em um organismo quase vivo, com a interação do prédio com os estudantes.

- Prof. Victor Leandro

Liberté, Egalité, Fora Temer: algumas considerações sobre os movimentos de ocupação na França e no Brasil

Mariana Janot

O dia é 08 de março de 2016 e o lugar é a periferia norte parisiense, na Universidade de Vincennes-Saint-Denis, mais conhecida como Paris 8. Durante a aula, duas batidas na porta anunciam a entrada de um grupo de alunos com panfletos na mão pedindo tempo para dar um recado. Como eu estava me esforçando para entender o quadro do professor – era independência da Argélia sob perspectiva francesa e eu tinha um milhão de críticas na cabeça – eu me desliguei do discurso dos meus colegas. Eis que surgem dois termos que me despertaram a atenção: “Assemblée generale... Grève!”

Ah, sim. Greve. Quando na França, faça como os franceses: se estiver frente a uma lei que ameace os direitos trabalhistas, monte uma assembleia e entre em greve (queimar carros é opcional). A lei em questão era a Loi Travail, ou El Khomri, que, em linhas gerais, possibilitava o aumento da jornada de trabalho, redução de salários e facilitava a demissão de funcionários. Quando o primeiro-ministro Manuel Valls anunciou o projeto de lei, a reação contrária foi imediata. Assembleias gerais, as pautas, os vocativos de “companheiro” e “camarada” já faziam parte da vivência estudantil como conhecemos. Até então, nada de novo no front. Então, uma estudante levanta e diz: “Il faut occuper!”

Occuper. Ocupar. Aquilo era novo. Claro, eu acompanhava o *Occupy Wall Street* e estudei os movimentos contra hegemônicos, mas em nenhuma assembleia eu ouvi alguém sugerir ocupação de verdade. E, ainda, sob “Estado de Urgência”¹. Houve discussão e, aparentemente, uma concordância geral. No dia seguinte organizou-se uma manifestação, nos reunimos na faculdade e seguimos para a Praça da República. No dia 10, houve uma nova assembleia. Greve e ocupações votadas e declaradas. “Desculpa, mas o que vocês vão ocupar?” eu perguntei. “Tudo”.

Começou pela coordenação do curso. Um grupo em torno de dez alunos entrou na reunião de departamento, anunciaram que iriam ocupar o prédio e colocaram a pauta da

1 Em 13 de novembro do ano anterior (2015), o grupo terrorista Daesh organizou ataques no centro e periferia de Paris, de modo que foi decretado ‘estado de urgência’ no país. Este pode ser visto como uma área cinzenta do estado de exceção que foi sendo renovado e revisitado deste então e que, inclusive, ainda está em vigor. <<http://www.vie-publique.fr/actualite/faq-citoyens/etat-urgence-regime-exception/#art12727>>

aprovação automática para que os alunos pudessem se engajar na luta. “Aprovação automática, é verdade?” Nem nos meus sonhos mais distantes eu imaginei que isso pudesse ser reivindicado, muito menos aprovado. Mas foi. Votou-se entre os professores que a greve continuaria, presenças deixariam de ser cobradas e o semestre seria validado para todos os alunos. O compromisso estabelecido foi a garantia de nota mínima para aprovação, mediante apresentação de um trabalho sobre o movimento estudantil e a situação política no país ou sobre a matéria da aula dada até o momento. Da minha parte, fiquei positivamente surpresa, porém quando notícia correu pelas redes dos alunos, os outros departamentos menosprezaram o esquema: cinema, sociologia, filosofia e outros haviam estabelecidos notas mínimas de 14 e 16². O trabalho sobre o movimento poderia ser no estilo de artigo acadêmico ou em formato de jornal, fotografias e/ou documentários/filmes de curta duração. A nota dos professores em relação à decisão foi bem clara: a Loi Travail prejudicaria a todos, logo, todos iriam participar. Não faria sentido, portanto, manter o calendário normal de aulas e provas. Assim, estes foram substituídos por um calendário alternativo de mobilização, sob o modo de palestras e seminários (“ateliers”), dos quais a maioria dos professores fazia parte. Os alunos também organizavam seus próprios ateliers, mesas e rodas de conversa. A cada sexta-feira decidia-se, em Assembleia conjunta de alunos e professores, o calendário da semana seguinte.

Então, a faculdade começou a ser ocupada pelos estudantes. Na realidade, foi uma ocupação física de poucos dias; o tempo suficiente para barricar as salas e mobilizar o máximo possível de alunos. Uma sala foi designada como espaço de mobilização permanente, na qual fazíamos reuniões e pequenos debates. Logo, o foco mudou para as ruas, mais especificamente, para a Praça da República. No dia 31 de março houve uma série de manifestações pela cidade e, à noite, a praça começou a ser ocupada por diversos setores além de estudantes, como: sindicatos, partidos e grupos não-organizados, entre outros. Os ateliers que vinham sendo feitos na faculdade foram à Praça, em uma espécie de “aula” pública.

Durante o dia, buscava-se mobilizar as pessoas, trazê-las para os ateliers e conversas. À noite, normalmente, havia uma assembleia geral e debate sobre a Loi Travail, ou outros temas. Havia, na Praça, tendas de acolhimento a refugiados, distribuição de roupas, comida, material para confecção de cartazes, grafite e artes diversas. Apesar da pauta do movimento ser, objetivamente, a luta contra esta lei, o movimento se somou as tantas outras pautas políticas do momento: a manutenção do Estado de Urgência, violência policial, gênero, crise de refugiados, xenofobia, racismo. Na França e na Europa de maneira geral, a palavra “raça” é um tabu. Eu descobri porque, desavisada, contei dos problemas raciais no Brasil e fui repreendida por uma professora de línguas. “Peço desculpas se ofendi alguém, mas se vocês não usam o termo raça, como vocês falam sobre racismo?” Indaguei, incrédula. “Nós não falamos.” Me respondeu uma colega alemã, constrangida. Felizmente, tanto na faculdade quanto nas ruas, a professora de gênero não apenas discutiu sobre racismo, como o fez de maneira interseccional com gênero e classe. A soma de um objetivo claro com pautas inclusivas pare-

2 O sistema de notas francês é sobre 20. Contudo, 20 é uma nota platônica, é quase impossível receber um 20, de modo que as notas mais altas ficam sempre em 18, 19. Assim, um 16 que seria proporcionalmente um 8, na realidade equivale ao nosso 9.

ceu ter dados forças ao movimento a nível nacional denominando-o, então, de *Nuit Debout*³.



Praça da República, 07 de abril de 2016 de dia e à noite

Previsivelmente, o movimento logo passou a representar uma ameaça à ordem e segurança pública aos olhos do Estado de Urgência. Na noite do dia 10 de abril, um grupo de pessoas, após quebrarem vidraças de agências bancárias no 11 Arrondissement, resolveu seguir em direção à residência do primeiro ministro. A polícia interviu e a praça amanheceu esvaziada, com as estruturas desmontadas. Nos manifestamos nas ruas e um colega de curso foi preso, intensificando as manifestações subsequentes. Meu tempo em Paris acabou, mas soube – por redes sociais, posto que a mídia *mainstream* parecia ignorar o *Nuit Debout*, exceto quando havia “vandalismo” a ser noticiado – que o movimento perdurou e continuou crescendo. Maria, uma colega italiana que participou de tudo, disse ter certeza que não ia parar ali. Alguns meses atrás, descobri que ela foi presa nas manifestações contra o G20 em Hamburgo. Ainda não tive notícias se ela foi solta.

Sendo assim, foi com muito gosto que recebi as notícias das ocupações oriundas dos secundaristas aqui no Brasil. Nas faculdades, as conversas sobre ocupações chegaram tarde, é verdade, mas chegaram. O processo foi semelhante: assembleias, pautas, discursos. Surpreendentemente, aprovou-se a ocupação por parte dos alunos do curso de Relações Internacionais e dos demais integrantes do Bloco A.

3 A tradução literal seria “Noite em pé”, em referência à ocupação noturna que começou o movimento. Há quem diga que também é uma referência à primeira palavra da versão francesa da Internacional Comunista: “Debout les damnés de la terre (...)”

A primeira diferença em relação a minha experiência anterior surgiu na assembleia geral do Bloco, quando notei amigos meus cobrindo o rosto. “Tem aluno filmando para denunciar, cuidado para não ser identificado!”. É claro que em qualquer lugar se cobre os rostos, quando em passeatas e confrontos, mas por medo de retaliação por parte de colegas de curso dentro da universidade me pegou despreparada. Em seguida, foi a reação dos professores dos institutos que compunham as aulas no Bloco. Dentro de uma das Assembleias, contei como foi feito com o departamento da Paris 8 e me perguntei se podíamos fazer alguma coisa parecida. Todos riram. Assim como a Loi Travail, a PEC 141/55 também afetava a todos, no entanto, não houve senso de coletividade de que todos deveriam participar para enfrentá-la. Mesmo no nível dos alunos, o apoio não era compartilhado. Talvez isto tenha contribuído para a terceira grande diferença: não saímos, ou, saímos pouco do âmbito universitário.

Por outro lado, houve professores que – também sob ameaça de retaliação – compuseram conosco. Conseguimos realizar nossas aulas públicas, oficinas e rodas de conversa. Também partimos de uma pauta objetiva – barrar a PEC – para algo maior, uma tentativa de atender aos tantos problemas da sociedade brasileira, pungentes ali na convivência diária. E o fato de permanecermos no bloco não impediu a difusão do movimento de maneira geral; a cada notícia de novas ocupações ou sucessos de ocupações já em andamento eram compartilhados, bom como nossas dores e frustrações.

Ao final, apesar de todas as mobilizações, tanto a Loi Travail como a PEC foram aprovadas. Contudo, ainda que diferentes em alguns pontos, as manifestações na França e no Brasil foram muito significativas naquilo que se assemelham: a luta. Hoje, onda reacionária é mundial, porém a *Nuit Debout* continua, o movimento estudantil brasileiro também, assim como as diversas tentativas no mundo de enfrentá-la e dizer “não”.

ID To Me
esterday

“A necessidade de construir um ambiente mais agradável para todos era um elo que nos unia muito.

ISTO NÃO É UMA EMPRESA



know me
the
OLICIES

VOCÊ DISSE QUE ERAMIA
PARA A PESSOA MAIS
DO MUNDO

O MEDO ALGEMA

O que estávamos vivendo era um momento único de integração, tanto entre as pessoas do bloco, como entre as ocupações ao redor do Brasil que se sustentavam da esperança de uma mudança real.”

A política no Brasil um ano após as Ocupações: crise e perspectivas

Victória Batistela

Um ano após o início das ocupações de Institutos Federais por todo o país, a partir de estratégia contra as medidas austeras do governo golpista de Michel Temer, o cenário político, social e econômico do país permanece em crise. As mídias reportam, todo o tempo, ondas de retrocesso, o que mostra latente o fantasma onipresente da instabilidade no país.

Em meio ao contexto de fragilidade e descrença, as ganas por mudanças se fazem aparentes. Infelizmente, isso tem se refletido em extremismos, apelo ao sensacionalismo dentro dos veículos midiáticos do país e um clima social de tensão. Existem ainda aqueles que, para se destacarem, apoiam-se em uma suposta neutralidade política, tal como a figura controversa do Juiz Sérgio Moro. Ele, aparentemente, tornou-se herói nacional no último ano em função do exercício de seu ofício de forma “indiscriminada”. Apesar de ser inquestionavelmente correto, dado que o cidadão é Juiz e não deve fazer juízo de valor em sua atuação profissional. É fundamental destacar, no entanto, que neutralidade não perpassa o atual cenário político brasileiro, e a população deve se atentar a quem apela ideologicamente a tal posição, uma vez que a imparcialidade é tóxica no âmbito da política, devido à sua pouca ação efetiva na prática. O questionamento que fica é se, atualmente, seja possível destacar-se na política gozando da neutralidade, tal como Sérgio Moro o faz, dado que sua acepção ultrapassou o jurídico.

Temer, por sua vez, Presidente com índice de reprovação histórico no Brasil, está se utilizando da ferramenta política da governabilidade, e fazendo concessões que vão muito além do razoavelmente aceito para manter o apoio de senadores e deputados. E se perde cada vez mais nessas regalias, conforme se compromete com diversos grupos de interesses distintos. Aparentemente, essa está sendo a única forma de se manter no governo, uma vez que ofereceu prerrogativas diversas e fez exonerações para que os deputados votassem contra o início da investigação acerca de possíveis crimes que o então Chefe do Poder Executivo do país tenha vindo a cometer. Assim sendo, é evidente que as instituições brasileiras estão funcionando ainda menos em tempos de governo golpista. As perspectivas não são boas, e tudo isso está gerando uma expectativa muito grande para as eleições presidenciais de 2018.

Os pré-candidatos Luís Inácio Lula da Silva e Jair Bolsonaro lideram, respectivamente,

as intenções presidenciais de voto para o pleito do próximo ano. É latente, assim, a divisão ideológica do país, pois ambos representam posições bastante díspares. E mais: demonstra como a moralidade não é critério na política do Brasil, uma vez que Lula, condenado, lidera as pesquisas, e Bolsonaro, que atualmente virou réu por incitação a estupro, e que frequentemente comete atitudes intolerantes para/com as minorias, são os preferidos da população. Por isso, a partir dessa breve explanação, torna-se clara a inconsistência e vulnerabilidade da situação brasileira. Pouco menos de 1 ano da aprovação da PEC 55, os retrocessos alcançaram níveis antes inconcebíveis, dado que se estava avançando socialmente com os Governos do PT.

Economicamente, vive-se o neoliberalismo entreguista que pode ser exemplificado com o caso do aço chinês. O governo brasileiro tem se preocupado com possíveis retaliações caso aplique medidas *antidumping* a esse produto. Num contexto em que as instituições funcionam e o governo atua pró-nação, essa preocupação é impertinente, uma vez que se há concorrência desleal acontecendo e prejudicando os produtos nacionais, nada mais ordinário do que colocar em prática medidas que combatam essas ações. O Itamaraty tem olhado para essa questão sob a ótica das potenciais retaliações chinesas ao Brasil caso se apliquem as medidas *antidumping*, e são pessimistas com as possibilidades, uma vez que afirmam que a China é uma importante investidora do setor elétrico e de infraestrutura do Brasil. Essa potencial retaliação, no entanto, é questionável ao se levar em consideração que combater o *dumping* é um direcionamento da Secex, que dialoga com a OMC, e que, sendo comprovada a deslealdade, a China não pode, legalmente, retaliar o Brasil. Fica claro o entreguismo do governo de Michel Temer, que abdica do bem-estar do seu mercado doméstico para não ter qualquer atrito com as potências mundiais. Pior ainda: é sabido o tanto que os países “desenvolvidos” protegem setores débeis de suas economias e combatem a competição desleal no cenário internacional, caminho oposto seguido por nossa nação. O Brasil, direcionado por um governo ilegítimo, que conta com os piores políticos para administração pública, infelizmente está com sua credibilidade bastante manchada internacionalmente, sendo que é eminente sua posição de anão diplomático, assim como afirma a mídia.

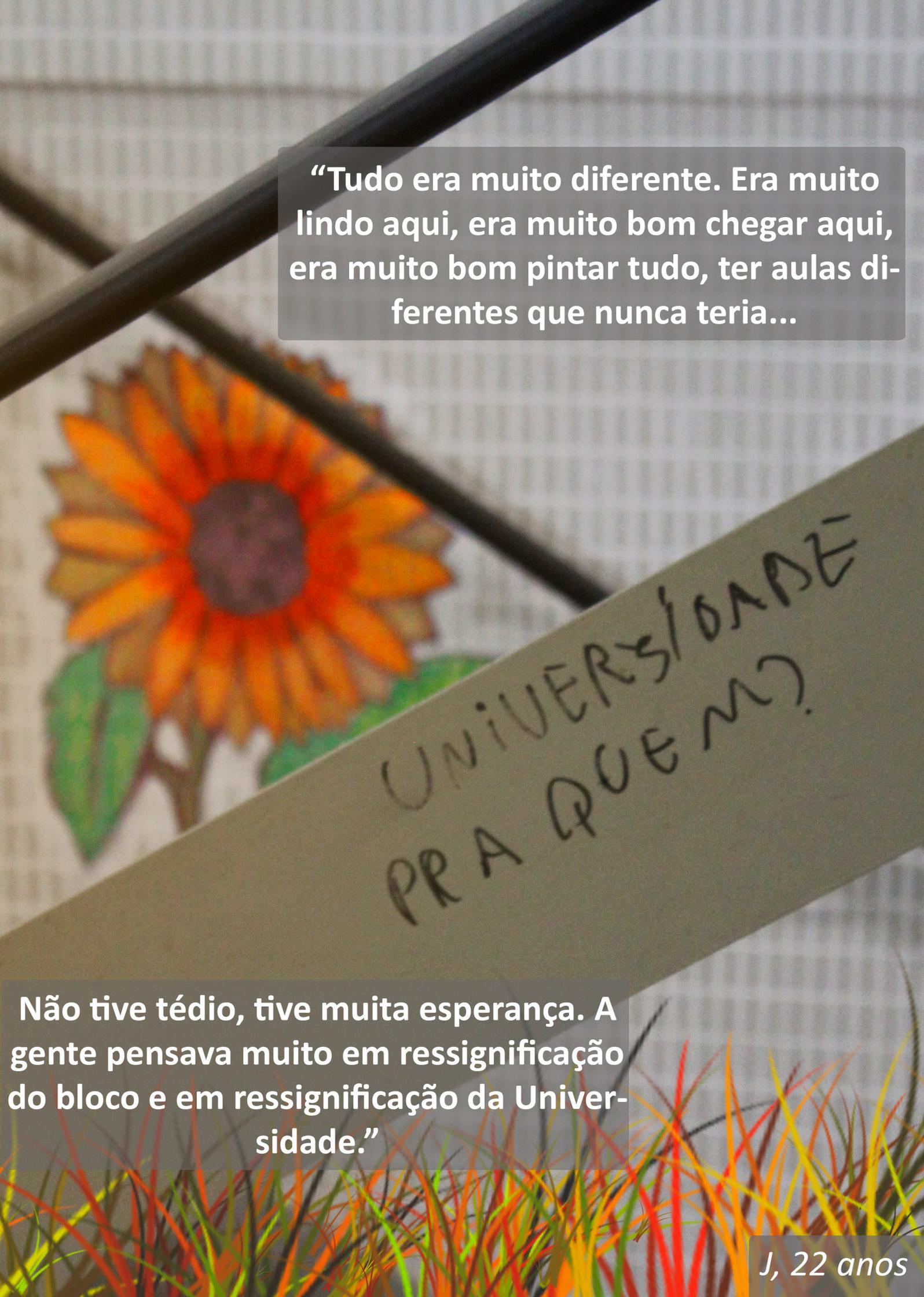
Sendo assim, o cenário político que se estabeleceu nesse período em que Temer ocupa a presidência do Brasil deve ser cautelosamente analisado com fins às próximas eleições, uma vez que o clima tenso que atualmente paira sob o país prejudica o proceder responsável da população civil. Se debates reais não forem levantados acerca das possibilidades e perspectivas políticas para o Brasil, em 2018, pode-se eleger novamente presidente e deputados que não dialoguem, inviabilizando uma política fluida, tal como ocorreu com Dilma Rousseff e seu conseqüente impedimento. Golpes são latentes na sociedade brasileira, e o país está num momento de naturalização dessas manobras, tais como a de Temer para não ser investigado. É preocupante o caminho pelo qual estamos seguindo, e as lutas sociais esfriaram em função da truculenta repressão e pelo pessimismo para/com a viabilidade da manifestação lograr algum êxito e se respaldar na política nacional, conforme se agrava o cenário político, social e econômico do Brasil. Descrença e tensão não configuram dupla saudável para pairar o contexto da política, pois daí surgem as lacunas para saídas golpistas.

Sobre a dinâmica na Universidade Federal Fluminense nesse último ano, é relevante destacar a dimensão do significado da Ocupação para os ocupantes. Ocupar foi, de fato,

uma das experiências mais importantes da vida de muitos alunos, uma vez que estar na universidade e gozar de suas assistências é vital para muitos. Está mais do que claro que com o sucateamento da mesma, com menos verba, as bolsas que já são insuficientes serão praticamente inexistentes. Assim, pessoalmente considero que a relação dos antigos ocupantes com a universidade mudou muito, conforme se percebeu a permanência no espaço público como substancial a todas e todos.

No entanto, pessoalmente acredito que a ocupação do Bloco A não logrou o êxito esperado no quesito da agregação de pessoas de fora da universidade, de variadas vivências e valores, no movimento de resistência. O fenômeno da ocupação continua criminalizado pela maioria da população civil, e seu *ethos* não conseguiu penetrar as camadas sociais, sobretudo as menos intelectualizadas. Essa é uma grande crítica à esquerda: os ganhos práticos na sociedade civil são difíceis de alcançar uma vez que a esquerda se faz indissociável do academicismo arrogante e nada didático. É necessário fazer as pessoas entenderem a vitalidade da luta contra o golpe a partir da língua falada nas ruas, e não na de dentro da universidade. Acredito, assim, que a maior estratégia para se eleger um governo estável e com pautas sociais ativas nas próximas eleições é a de cobrar debates verdadeiros e produtivos entre os candidatos, bem como a ida às ruas para estabelecer-se diálogo com a sociedade civil.

Levado tudo isso em consideração, é importante reafirmar a tensão que paira a política brasileira. Hoje, parte da sociedade civil que apoiou o golpe recua em sua posição ao perceber o quão criminoso Michel Temer é. Infelizmente a situação está posta, e dificilmente o atual presidente será julgado por suas atividades ilegítimas, dado que compra o suporte de senadores e deputados às custas do bem-estar da população. As perspectivas de continuidade do governo Temer não são boas, uma vez que diariamente se depara com novas medidas austeras e antidemocráticas. Assim sendo, as eleições de 2018 carregam consigo uma potencial inflexão na política brasileira, que pode ser para sedimentar de vez o retrocesso ou reatarmos com a democracia social.

A photograph of a wall with a grid pattern. In the foreground, there is a hand-drawn orange sunflower with a dark center and green leaves. A sign with handwritten text is visible, and a person's legs in colorful leggings are at the bottom.

“Tudo era muito diferente. Era muito lindo aqui, era muito bom chegar aqui, era muito bom pintar tudo, ter aulas diferentes que nunca teria...”

UNIVERSIDADE
PRA QUEM?

Não tive tédio, tive muita esperança. A gente pensava muito em ressignificação do bloco e em ressignificação da Universidade.”

J, 22 anos

Ocupa Bloco A: ressignificação de nosso espaço comum e fortalecimento de laços entre estudantes e trabalhadores

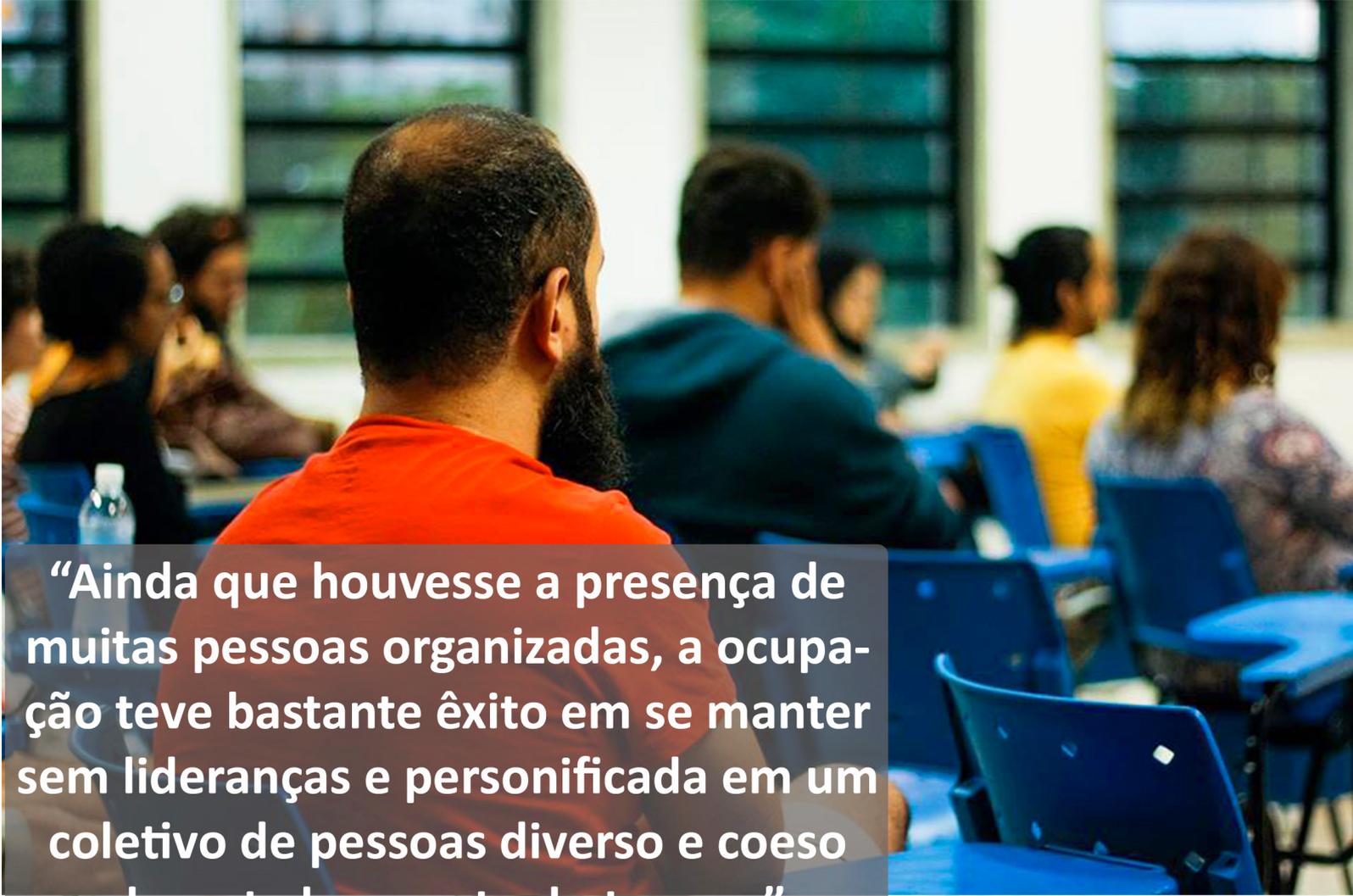
Daniel Porcel

O processo de ocupação de um espaço público, no qual estávamos acostumados a ter uma relação mecânica de entrar na sala de aula e voltar para nossos respectivos lares, foi fundamental para recriar e fortalecer a relação dos ocupantes com o espaço e com os trabalhadores desse lugar, tanto do Bloco A quanto do campus como um todo. É evidente a construção e internalização de um sentimento de pertencimento no imaginário dos estudantes ao espaço ocupado, evidenciado no cuidado e afeto comum por transformar um lugar que antes não tinha cara de nosso.

Ocupar, portanto, foi apropriar-se de um espaço que antes tinha uma arquitetura hostil, cinza e neutral para torná-lo convidativo para todos os estudantes, seja por meio de intervenções artísticas nas paredes brancas das escadas do prédio, atividades fora da sala de aula sobre temáticas que queríamos desenvolver, mas nossas grades curriculares nos limitavam, dormir em locais onde normalmente sentávamos e assistíamos aulas e estar em contato com estudantes de cursos dos quais não tínhamos contato antes.

Ocupar, foi compreender nossos privilégios como estudantes, em um espaço onde existem trabalhadores terceirizados, que faziam parte de nosso cotidiano e que a própria lógica do local limitava uma aproximação com os estudantes para além do 'bom dia', 'boa tarde' ou 'boa noite'. A aproximação com os trabalhadores terceirizados da limpeza e da segurança, também nos fez entender a necessidade de nossa participação e apoio em suas lutas mais básicas, por ter seus salários recebidos em dia e por um trabalho digno e reconhecido, visto que o atraso salarial é recorrente e periódico. O apoio deles ao nosso processo de ocupação foi essencial para entender a dinâmica dos prédios, a relação com as empresas que prestavam serviço e os abusos laborais que essas praticavam contra elas e eles.

Por fim, faz-se necessário explicitar um agradecimento a todas e todos os trabalhadores da CROLL e LUSO que estiveram ao nosso lado durante todo o processo de ocupação e a todos os professores e cidadãos que nos fizeram doações alimentícias e de limpeza, participaram de atividades e nos deram apoio moral.



“Ainda que houvesse a presença de muitas pessoas organizadas, a ocupação teve bastante êxito em se manter sem lideranças e personificada em um coletivo de pessoas diverso e coeso durante boa parte do tempo.”



R, 23 anos

O PAPEL DAS OCUPAÇÕES NA LUTA PELA EDUCAÇÃO

Lucas Gazetta Ribeiro

Desde 2015, quando o governo Alckmin, no Estado de São Paulo, iniciou o plano de fechamento de diversas escolas, as ocupações tornaram-se uma das grandes estratégias e símbolos dos movimentos estudantis no Brasil. Originada dos movimentos de ocupação de terras, no campo, e moradias nos centros urbanos, a ocupação, para o movimento estudantil, tomou diversas formas e significados. O assunto levanta debates dentro e fora dos movimentos estudantis, porém o que se torna mais urgente é pensar sobre as ocupações como nova característica dos movimentos estudantis, seus aspectos positivos e negativos, e, por fim, seu papel nos processos políticos.

As ocupações de 2016 possuíam um objetivo muito claro: se estabelecer como estratégia efetiva de combate ao Projeto de Emenda Constitucional nº55 que tramitava no Senado, e previa o estabelecimento de um teto de gastos para as verbas públicas, o que tornava a educação pública um de seus maiores alvos. Após a metade de 2016, houve uma grande comoção entre a classe estudantil brasileira dos estudantes secundaristas aos universitários do ensino público, contando com o apoio de professores e organizações sindicais da educação. A estratégia das ocupações de 2016, contra a PEC nº55, principalmente no que tange à UFF, foi falha em seus objetivos, talvez por falta de organizar seu programa político de combate às políticas de austeridade do governo de Michel Temer.

Um dos debates mais recorrentes durante as ocupações de 2016 era a sua legitimidade, sendo este discutido tanto na esfera jurídica (“não seriam as ocupações ilegais, ‘criminosas?’”) quanto na política (“seriam as ocupações realmente democráticas?”). O argumento anti-ocupações mais difundido consistia em definir as ocupações como uma “greve de estudantes” e, por conseguinte, apontar a inconstitucionalidade de tal, visto que este não é um direito garantido aos estudantes. O movimento de ocupação, em geral, e também como ocorreu na UFF, buscavam fugir dessa definição - as ocupações não deveriam ser mais um movimento grevista, mas uma nova estratégia política do movimento estudantil. Uma das grandes faltas da ocupação, nesse sentido, foi não ter retirado muito das estratégias dos movimentos grevistas e sindicalistas.

Apesar das características de greve como o piquete e a paralisação das atividades, a ocupação infelizmente não logrou uma terceira característica importante: levar a luta política para fora dos muros da Universidade. Ao contrário do que costuma ocorrer em movimentos grevistas em geral, onde a paralisação das atividades implica na dedicação a uma agenda de atos públicos e manifestações políticas, a ocupação não foi efetiva na mobilização de discentes e docentes para as manifestações nas ruas. Os motivos para tal omissão podem ser muitos, como a baixa adesão que dificultaria

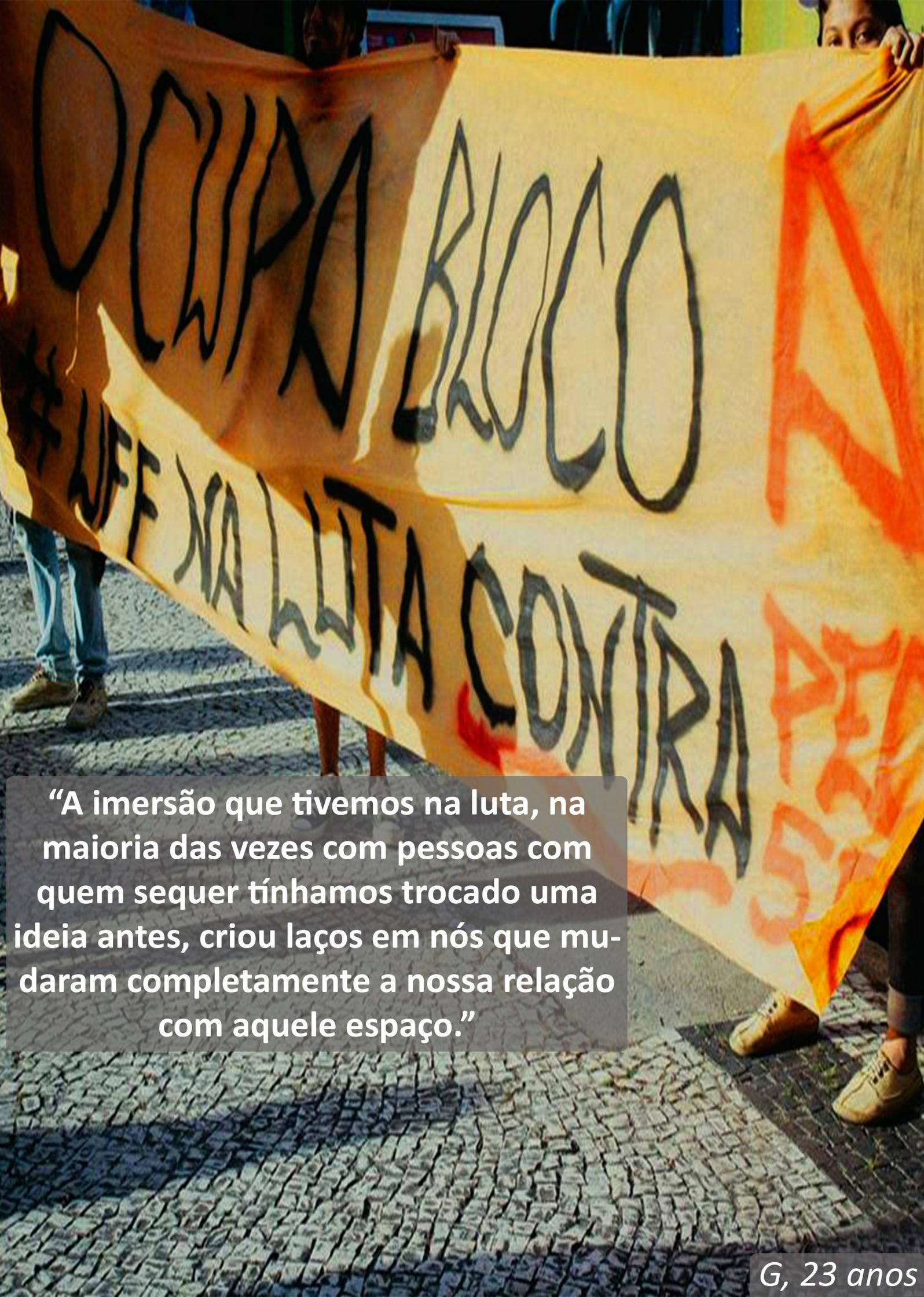
manter as ocupações funcionando enquanto houvesse a manifestação nas ruas; a falta de articulação com outras ocupações e organizações políticas, o que implicava em pouca mobilização fora das universidades e ainda o desafio de manter um movimento autônomo, cada vez menos influenciado por disputas partidárias que em nada contribuíam para o objetivo final dos estudantes: interromper o ciclo de políticas de austeridade que comprometiam a educação pública. Nesse sentido, deve-se questionar qual o papel das ocupações no combate à agenda neoliberal em avanço no Brasil, tendo em vista sua pouca efetividade em levar a luta política à máxima manifestação do espaço público, as ruas.

Por parte dos ocupantes, a ocupação foi uma das experiências mais significativas de suas vidas. O espaço da universidade ganha outro olhar e dimensão após a permanência por semanas à fio, e a experiência de coordenação através da auto-gestão reavivou a vida política de muitos estudantes que há muito não se engajavam nas demandas políticas da classe estudantil. Outro ponto bastante positivo que ocorreu nas ocupações, como também na ocupação da Universidade Federal Fluminense (UFF), foi que embora a mobilização estudantil a nível nacional tivesse como pauta o combate às políticas de austeridade expressas na PEC nº55, o decorrer do movimento trouxe ao debate demandas internas de cada universidade, ou escola. Ao exemplo da UFF, as ocupações se mostraram importantes para apoiar posteriormente a luta dos servidores terceirizados que estavam sem receber seus salários. Nota-se que o vínculo entre os ocupantes veio a formar núcleos autônomos de mobilização política, e, tal acontecimento, possui um valor inestimável para o movimento estudantil.

Um dos grandes eventos da luta política contra a “PEC do teto de gastos” do qual recebem mérito as ocupações foi o ato unificado do dia 29 de novembro de 2016, onde se reuniram na esplanada do ministério mais de 10 mil pessoas – entre os quais estavam professores e estudantes universitários, estudantes secundaristas e servidores públicos – para protestar contra a medida de austeridade do governo Temer. As ocupações tiveram papel fundamental na mobilização de estudantes para participar do ato público, tendo ainda como função o importante vínculo institucional com os sindicatos de servidores públicos e professores universitários que proveram os recursos para que fosse possível se deslocar até o Distrito Federal. O evento mostrou todo o potencial das ocupações como centros de mobilização política, entretanto, o que infelizmente ocorreu em Niterói foi o retorno à normalidade após o ato. A mesma coesão explorada em cada município com escolas, ou universidades ocupadas traria ao movimento estudantil mais visibilidade, concentraria uma maior pressão sobre a classe política e ainda formaria um movimento de tendências mais descentralizadas e mais e autônomas.

As crises políticas no Brasil desde a segunda metade do último ano se aprofundaram ainda mais, com mais projetos e medidas constitucionais perniciosas às classes populares sendo implementadas. A educação pública passa por uma fase crítica onde, por exemplo, universidades estaduais do Estado do Rio de Janeiro (UERJ e UENF) correm o risco de fechar as portas, algumas bolsas de iniciação científica e até mesmo de pós-graduação são cortadas, fundações de pesquisa recebem cada vez mais cortes nas verbas. Federações Sindicais como a FASUBRA já iniciam a deliberação de greves e a discussão sobre novas ocupações começam a pairar em diversos setores do movimento estudantil. Diante deste cenário, deve-se haver um esforço do movimento estudantil para, através da autocrítica, voltar à luta por seus direitos mais forte, aprendendo com as falhas do passado ainda recente. A mobilização política deve sair das universidades e ir às ruas, tornar-se cada vez mais popular, lembrar que a educação pública é um bem de todos. As ocupações, caso se tornem novamente uma realidade, devem ser centros de mobilização política, com uma agenda própria, e estratégias próprias. Os vínculos dos estudantes com outras organizações políticas como os sindi-

catos da própria universidade deve ser aprofundado em busca de uma coesão contra o retrocesso na educação pública. O movimento de ocupação das universidades e escolas de 2016 foi um marco importante na história do movimento estudantil brasileiro e seu exemplo tem de ser efetivo para fortalecer a luta pela educação pública de qualidade, tendo consciência para superar seus erros e investir em seus êxitos.



“A imersão que tivemos na luta, na maioria das vezes com pessoas com quem sequer tínhamos trocado uma ideia antes, criou laços em nós que mudaram completamente a nossa relação com aquele espaço.”

G, 23 anos

Entrevista com professores de Relações Internacionais da UFF: Frederico Costa, Victor Leandro Chaves Gomes e Fernando Roberto Almeida.

Clara Luisa Baleeiro, Stella Bonifácio, Thiago Salgado e Virginia Belinot

Alguns canais midiáticos, a princípio, referiam-se às ocupações como invasões. Como o senhor enxerga esta nova forma de protesto e por que se caracteriza como ocupação e não invasão? Fale um pouco da tentativa de criminalização deste movimento estudantil.

Frederico Costa: As palavras são usadas pra tentar imprimir uma determinada conotação para os eventos. Quando se fala de 1964, alguns setores chamam de *revolução*, outros chamam de *golpe* de Estado. Depende de como você quer enxergar o fenômeno. Então quando um jornal da grande imprensa, dessa “imprensa oficial”, chama de *invasão*, quer passar uma imagem que o movimento é ilegal e ilegítimo. Então a ideia de usar a palavra *invasão* é essa, pra dar uma conotação de fato negativa. E quando se usa a palavra *ocupação* você está querendo imprimir uma conotação positiva. Você não ocupa alguma coisa ilegalmente, você ocupa algo que é seu. Então, uma coisa que foi muito comum, dentre as pessoas com quem conversei na ocupação, foi a percepção de que esse espaço aqui é o espaço do estudante, com expressões do tipo “nosso espaço”, “nosso bloco”, “nossa casa”. Você não invade sua casa, você ocupa sua casa. Então essa casa aqui é a casa dos estudantes. Entendo que foi ocupação, que é um termo que eu apoio, um termo com o qual concordo, porque esse espaço não é do Estado, esse espaço é público dos estudantes. Assim sendo, eles ocuparam um espaço que é deles.

Há muitas formas de protestar. Ocupação é uma forma interessante de protestar porque, primeiro, quando você ocupa alguma coisa, você parte do princípio de que aquela coisa é pública, ou seja, ela não é estatal e ela não é privada, ela é pública, ela é de todo mundo. O que é diferente, por exemplo, de você protestar na rua quebrando banco, quebrando janela, que é um tipo de protesto.

Enxergo a forma de ocupação como uma maneira de protestar, não depredando o patrimônio, mas o conservando. Uma característica forte das ocupações da UFF foi esse aspecto de conservação do patrimônio público. Conservar e ocupar, ou seja, uma forma de exigir visibilidade, mas partindo da perspectiva de conservação e da apropriação do espaço público, da ressignificação do espaço público e tratando a coisa pública como sendo coisa

pública.

Victor Leandro: Primeiramente, a maneira como a grande mídia aborda tal questão é tradicionalmente conservadora. O mais interessante do processo de ocupação é que ele é justamente uma nova tática de protesto sem passar necessariamente pelas instâncias estudantis, algo sem uma direção propriamente dita. É uma construção bastante horizontal, com uma iniciativa forte e que não tem nenhuma proposta de depredação do patrimônio público, de violação do espaço público, mas sim de tentar fazer daquele espaço a extensão da própria vida dos alunos. Penso que não há nenhuma medida mais acolhedora do que se ocupar no sentido de promover a ocupação como uma espécie de extensão da própria casa. Algumas pessoas estão realmente dispostas a criminalizar as ocupações, a ver qualquer iniciativa estudantil como idealista, ou como sem foco, ou como megalômana - pessoas que não estão dispostas a repensar suas convicções, e que, pelo contrário, estão preocupadas em rotular e em estigmatizar, condenando o movimento. Ocupar é estabelecer uma resistência física, inclusive, demarcar um território e a necessidade de se contrapor a algo que parece bastante forte, é demarcar uma posição política.

Fernando Roberto: Que a mídia se refira como invasão, é de se esperar. Dentro desta lógica conservadora, vai se procurar dizer que qualquer movimento social está rompendo o ordenamento, e esse discurso interessa à mídia, pois a mesma é empresarial e não quer nada que perturbe a ordem para os negócios. Uma ocupação é um acesso de um grupo que se manifesta fazendo uso do espaço público para chamar a atenção em relação a um problema que deve ser resolvido. Seria justo denominar como invasão, se houvesse uma ação agressiva no sentido de se instalar em uma área com a lógica de manifesto com violência, mas o processo foi todo ele pacífico, programado e anunciado com o objetivo de dar visibilidade a protestos específicos no espaço público, sem de nenhuma forma envolver o espaço privado, para que houvesse discussão do tema do momento, que era a questão das reformas que não foram bem aceitas pelos setores esclarecidos da sociedade. Este setor esclarecido tem sido historicamente muito representado pelo movimento estudantil, pois são os que estão acompanhando as discussões políticas. É importante lembrar que não há na ocupação uma liderança que incite uma visão partidária, pois é um movimento orgânico.

Como a PEC 241/55 vai, na sua opinião afetar a educação e qual o possível cenário daqui a 10 anos?

Frederico Costa: Um teto pra investimento em educação inferior ao que investimos hoje representa o assassinio das futuras gerações. Porque com o nível de investimento contemporâneo, e é bastante fácil de perceber isso, as escolas públicas estão em petição de miséria. Não há recursos, os estudantes são maltratados, os professores são muito maltratados. Então essa emenda está abortando toda uma geração de brasileiros. Abortando no sentido intelectual e também no sentido de limitar a capacidade de desenvolver respostas novas para problemas novos, porque essa geração não vai poder ter acesso à novas ferramentas

educativas, dado que o Estado não vai querer investir. Você vai ter uma elite de pessoas supereducadas, como já tem, e uma massa de pessoas que não sabe fazer nada, nem do ponto de vista tecnológico, nem do ponto de vista humanista. E isso é péssimo porque, pensando nessa massa de pessoas despreparadas exigindo participação político-econômica, o contexto contemporâneo de atrito social tende a aumentar. Então não é algo que vá melhorar o país, nitidamente piora.

Victor Leandro: Eu quero crer, com o pessimismo da análise, mas o otimismo da vontade, que justamente esses movimentos e esse sopro de renovação sepultem a interpretação pessimista, tendo em vista que os estudantes já foram mobilizados, já entenderam a dimensão desse ataque - que atinge também as próximas gerações. Estamos conversando aqui sobre a possibilidade real das universidades públicas e do ensino público de qualidade serem extintos. Então, é algo que, por exemplo, para a minha filha de 8 anos, o cenário é muito mais tenebroso do que para a geração de vocês, e ao mesmo tempo a geração de vocês tem a devida mensuração de que a luta deles representa uma oportunidade para a geração da minha filha. Logo, é impossível que não se abrace a causa e não aderir de maneira intensa, já que é a luta para preservar algo que precisa continuar existindo para além dos estudantes.

Fernando Roberto: Daqui a dez anos se tentará rever esta PEC, só que os critérios de votação serão os mesmos. Portanto, a não ser que o segundo próximo governo depois deste tenha uma grande base parlamentar, não haverá reforma. Esta é uma PEC perniciosa por vários aspectos.

A educação e a saúde no Brasil, precisam ter este componente público, devido à desigualdade e ao grande número de pessoas de baixa renda que existem. Esta PEC obviamente ignora isso deliberadamente, pois é uma visão conservadora e desconsidera o fato de que a população continua crescendo, uma vez que a população é um fluxo, portanto, consequentemente continuará crescendo. Como resultado disso, haverá desigualdade por muito tempo.

Com a manutenção desta PEC, não haverá ninguém que ofereça saúde e educação para esta população, pois o Estado será tolhido deste investimento. A empresa privada ficará com este nicho com a retirada do Estado. Isso já está acontecendo quando se constata a enorme evasão de professores de universidades públicas, como a USP, para universidades particulares. E, como já disse, para que a educação privada cubra a retirada do Estado, ela não cobrirá o aluno pobre, a não ser em caso da criação de um sistema de bolsas. Então nós teremos daqui a dez anos aumento de dificuldade do acesso à educação e à saúde.

Qual foi sua participação/colaboração na ocupação da UFF? O que essa experiência te trouxe como professor?

Frederico Costa: A ocupação ficou muito na minha cabeça porque que eu estava vendo nascer uma forma interessante não só de protesto, mas uma proposição nova de relação entre professor e estudante, entre estudante e universidade e entre professor e universidade. Então,

para contribuir com esse processo tenho desenvolvido desde janeiro/ fevereiro um projeto de entrevistar alguns estudantes que participaram da ocupação. Acho que 14-15 pessoas. Transcrevi e estou editando essas entrevistas para transformar em um livro. São depoimentos muito surpreendentes, por conta da profundidade das questões e da profundidade do que está sendo analisado a partir das questões que surgiram nesse período.

Então, sendo professor, pessoalmente, me descobri mais próximo das pessoas que estão aqui. Aprendi coisas muito importantes. Aprendi, por exemplo, que essa organização horizontal pode funcionar. E eu digo isso porque o ambiente de professores é um ambiente muito verticalizado e muito autoritário. Aprendi com o pessoal que ocupou que uma organização horizontal é possível, desde que as pessoas estejam dispostas a colocar de lado suas respectivas vaidades.

Outra coisa que achei bastante interessante e que me tocou muito é essa ânsia que o estudante tem de querer aprender, entretanto, querer aprender de uma forma que ele não se sinta uma coisa. O estudante quer se sentir um sujeito, uma pessoa. Então o estudante quer ter voz ativa no processo educacional. Acho que isso é fato, para mim, que sou professor e para outros colegas professores. Talvez seja o recado mais claro, ou pelo menos, o apelo mais forte feito para nós.

Victor Leandro: Procurei participar intensamente, atuar de bom grado e com muita alegria, dentro do que os alunos – que eram os responsáveis pela agenda e atividades – me propuseram. Foram duas aulas, se não me engano, duas aulas e uma atividade. Ou um “aulão” e uma atividade. Enfim, todos os dias previstos das minhas disciplinas eu aparecia na ocupação para ver como o pessoal estava e o que eles precisavam, como uma iniciativa mínima de me solidarizar com a causa estudantil. Também dei aulas públicas no colégio Pedro II. Foi interessante, pois dei uma aula para o pessoal do sexto ano (crianças de 11 e 12 anos) sobre golpe e revolução. Foi uma ocupação no sentido de gestão da coisa pública. Eles não eram proprietários do espaço, nem o pessoal da UFF, nem o pessoal do Pedro II, mas se sentiam parte do espaço e do processo. Incorporaram o espaço estudantil em suas rotinas de vida. Então, acho que o mínimo que poderíamos fazer era estar ao lado deles para contribuir e colaborar no que eles achavam que a gente pudesse colaborar.

Fernando Roberto: Desde o primeiro dia, minha maior preocupação foi a segurança dos alunos, em razão da existência de provocadores, especificamente de uma entidade retrógrada que se chama MBL (Movimento Brasil Livre). A minha atividade foi vir ao bloco ocupado com frequência, trazendo materiais de limpeza e produtos alimentícios.

É importante lembrar que havia uma preocupação muito grande dos alunos que ocupavam, de manter o prédio intacto, para que não houvesse nenhuma acusação de invasão, pois este termo dá exatamente uma conotação agressiva, e a palavra ocupação não compreende uma conotação agressiva. Essa preocupação era importante para que não houvesse nenhuma má interpretação. O que houve foi apenas a ocupação de um espaço público, como disse anteriormente, tendo a segurança como prioridade.

Também participei de dois aulões e uma atividade no bloco A e um aulão em outra

unidade da UFF.

Por que, em sua opinião, mesmo sendo um movimento de repercussão nacional, as ocupações contra o congelamento de investimento por 20 anos na educação e saúde não conseguiram atingir seu objetivo?

Frederico Costa: Depende do que se entende como êxito nesse contexto. Em 2016/17, se é feita uma leitura de que “não houve uma vitória porque a PEC não foi barrada”, isso implica em ter como produto da ocupação um produto específico, a ocupação como sendo um meio. Mesmo as pessoas que ocuparam, elas tinham consciência de que a possibilidade que a PEC fosse rejeitada, por conta das ocupações, era mínima. Então, se você comparar a ocupação pela via como sendo uma meio para barrar a PEC, você está fazendo o jogo dessas elites que querem que a ocupação seja marcada pelo fracasso. Por outro lado, se você pensar em um resultado intangível, que na minha opinião é o que interessa, a ocupação foi um sucesso retumbante, estrondoso. Porque os estudantes mostraram que eles existem e se eles quiserem, a universidade para. O país ficou com medo, porque na verdade não foi só a universidade que parou, foi o movimento secundarista também que parou as escolas. Do ponto de vista da visibilidade, foi um sucesso absoluto. Esse é o sentido grande do sucesso: o Estado brasileiro tanto quanto o corpo docente nunca mais vão enxergar a graduação da mesma forma. Eu acho que a ocupação foi um sucesso. Acho que o resultado que importa foi alcançado.

Victor Leandro: Agora temos que discutir qual é o objetivo. Na minha modestíssima análise, eu entendo que a ocupação vislumbrava a demarcação de uma posição em relação a esse descalabro que foi a PEC, o congelamento pelos próximos 20 anos. Então, muito mais do que vencer a PEC em uma votação que aconteceria lá em Brasília, a perspectiva era uma e a demarcação de posição política era de rechaçar a medida e entendê-la como algo absolutamente deletério, uma medida antidemocrática. Então, entendi que as ocupações, tentavam demarcar uma posição política de repúdio à PEC e foram muito bem-sucedidas neste aspecto. Não entendo o objetivo das ocupações como “vamos conseguir barrar as votações lá em Brasília”, porque todos estavam cientes do momento excepcional que estávamos vivendo, mas, entendiam que, naquele momento, o que se podia fazer era se organizar minimamente e olhar para aquela demolição do futuro brasileiro com um pouco de força. Olhar para aquilo e falar “a gente diz ‘não’ a isso e a maneira como a gente formaliza esse ‘não’ é ocupando esses espaços e os integrando de maneira mais orgânica”.

Fernando Roberto: É evidente que a divulgação destes fatos não foi grande, pois a mídia procura criminalizar os movimentos de ocupação. Houve também um esgotamento das pessoas que estavam envolvidas com a ocupação que durou muito tempo, e como consequência houve um cansaço natural, só os mais dispostos e ativos permaneceram até o final.

É evidente que quando se está em uma ocupação há dificuldades. As pessoas estavam

fora de casa, dentro de um prédio público, que não tem estrutura para abrigar os estudantes. Além disso, não havia respaldo da população em razão de a mídia ter incitado para que não houvesse apoio necessário.

Claro que as condições de ficar semanas dentro de um prédio onde veem-se deficiências óbvias, pois o mesmo não tem condições de abrigar, e sem o respaldo do lado de fora dificultam muito. Para derrubar esta PEC, deveria haver uma articulação parlamentar, e essa articulação não ocorreu, porque os eleitores não pressionaram e o atual congresso só tem interesse em sobreviver. Isto é, o interesse dos nossos políticos hoje é de se manterem nos cargos o maior tempo que puderem, se os eleitores pressionassem já seria difícil reverter isso. Entretanto, eles não pressionam, portanto aconteceu o que vimos.

Quais as diferenças e semelhanças você destacaria do movimento estudantil enquanto você era estudante e do movimento atual?

Frederico Costa: Eu fui estudante na década de 90, ou seja, 4, 5, 6 anos, mais ou menos, depois da Constituição de 1988. Ou seja, nesse momento o movimento estudantil era praticamente morto. A UNE, que realmente era uma grande força nacional de mobilização social foi desbaratada pela ditadura militar. Então, eu não tive experiência de movimento estudantil. No meu período de graduação ele não existiu, simplesmente não existiu. Eu acho que o movimento estudantil está ressuscitando nos últimos anos. Vejo no movimento das ocupações uma grande oportunidade para o movimento estudantil se reorganizar. Uma das coisas que as pessoas enfatizaram muito foi essa preocupação de tentar manter afastadas da ocupação, pelo menos no bloco A, pessoas de organizações não estudantis, ou mesmo que fossem mas que tivessem um caráter muito marcado. Isso é uma nova forma de constituir o movimento estudantil, a partir de outra base.

Victor Leandro: Em relação à minha época de movimento estudantil, era uma época mais tradicional, a gente tinha uma construção mais vertical de uma liderança, de uma representação estudantil, de um membro do Centro Acadêmico. Acho importante tal liderança, ela é extremamente necessária para que possamos dar um encaminhamento, mas é um modelo tradicional, que para a geração de agora está dizendo pouca coisa. Talvez seja porque avançamos no sentido do acesso à universidade – embora precise avançar muito mais – o que reconfigurou todo o processo. Acho que o modelo que a geração de vocês construiu, para além de vitória ou derrota, é um modo de luta distinto que justamente constrói algo que vislumbra alguma mudança, ou acena para um cenário mais positivo em um horizonte de expectativa. Então, isso é uma possibilidade de fazermos política com organização, deliberação e democracia, sem algumas amarras do movimento estudantil tradicional. Houve um elemento gregário, que acabou possibilitando diferentes formações a se integrarem para algo melhor e maior. Acredito que as leituras de conjuntura tanto dos estudantes que sustentam o modelo tradicional, quanto a do pessoal que renovou esse

modelo, procuraram trabalhar com pontos de integração, ao invés de pontos de divergência.

Fernando Roberto: O movimento estudantil do qual participei, que foi durante o período da ditadura militar, proveniente de um golpe indigesto, foi vítima da radicalização após o Ato Institucional nº5, que desencadeou real selvageria dos aparatos repressivos. Logo, a reação foi equivalente. O excesso de violência física levou a uma articulação diferente por causa do confronto com tropas. Se viu isso em Brasília no ano passado, quando a massa estudantil se deslocou até lá para mostrar oposição à PEC 241. Ali, a reação foi muito violenta, o que se restringiu a Brasília. No movimento estudantil nos anos 1960 e 1970, isso foi generalizado em diversas grandes capitais, e a repressão invadia os prédios e atacava com estratégia de massacre, vendo o movimento estudantil como um inimigo a ser exterminado. Nós não chegamos neste ponto, e espero que jamais cheguemos. Isso revela que a situação é completamente diferente.

Outra coisa é que na época de resistência à ditadura militar, este movimento era bastante partidário, e agora não é. Havia orientação política e partidária nas grandes manifestações naquela época, o que era muito compreensível, porque vínhamos de uma tradição de partidos políticos atuando livremente, e os militares no poder foram “cortando” isso de uma forma repentina, criando um congresso completamente fantoche, e com tropas na rua para matar. Diante daquela violência desproporcional havia muito medo, que hoje é bem menor, e também muita resistência para que o regime militar acabasse muito rápido, podendo ser pela via da violência, que foi tentada.

Tem algo que gostaria de trazer que não tenha sido abordado?

Frederico Costa: Só queria concluir com algo que é importante e que também ouvi muitas pessoas falarem: no seu sentido mais profundo, a ocupação não acabou. Em termos dos processos de reconfiguração das relações entre os estudantes e a universidade, a ocupação ainda persiste.

Victor Leandro: Eu genuinamente olho para os prédios, especialmente o Bloco A, que foi o bloco do curso de Relações Internacionais e penso que esses blocos nunca mais foram os mesmos depois da passagem dos alunos. Mesmo com muita gente condenando, achando que haveria depredação, pichação e coisas mais depreciativas, o que a história mostrou é que esses prédios ganharam uma vida diferente. Primeiro, ganharam cores, eles ficaram mais coloridos e com pinturas convidativas, as paredes, um tanto quanto frias, foram ganhando calor, cor e aconchego. Ganharam também manifestação: existem palavras de ordem lá, convocações e alertas que são fundamentais, especialmente em uma universidade, no espaço estudantil, no espaço pedagógico. Enfim, acho que é mais um elemento, mais um acréscimo positivo para as ocupações esta questão de trazer uma vida para prédios completamente frios. A frieza deu lugar a um acolhimento e a uma organicidade de vida, deixou de ser apenas uma parede, um prédio, para se transformar em um organismo quase vivo, com a interação do prédio com os estudantes.

Fernando Roberto: O comentário que eu faço, é que se faz necessário que haja sempre mobilizações como essas, e que se procure criar espaços de discussão que sejam o mais abrangentes possível, pois os movimentos sociais não têm acesso a grande mídia, e a população só tem visão deles através e principalmente do que a televisão transmite, e como falei antes, ela destorce deliberadamente.

PENSO

~~Logo~~

~~Resisto~~

DEPOIMENTOS DE ESTUDANTES QUE OCUPARAM O BLOCO A DO CAMPUS GRAGOATÁ DA UFF

J., 22 anos

É muito interessante pensar que a gente fez a nossa parte para mudar a história da política no Brasil, a gente teve vontade de mudar a realidade política e fez algo para isso. Os secundaristas e nós mudamos as formas de resistir, não é mais só greve e manifestação, é ocupar um espaço que é nosso por direito. Os dias eram longos. Eu escutei muitas vezes “poxa, um dia parecia que durava uma semana”. Eu acho que foi uma vida que a gente viveu. Foram quarenta dias, mas parece de verdade uma vida. Primeiro que os dias eram muito longos, mas passava muito rápido. Foi muito rápido, mas ao mesmo tempo a gente viveu tanta coisa. Não tive tédio, tive muita esperança. A gente pensava muito em resignificação do bloco e em ressignificação da Universidade. Pensávamos no que podíamos fazer com aquele bloco, quais eram as consequências depois da ocupação, quantas pessoas a gente tinha conhecido ou o que a gente ia fazer para conseguir mudar tudo. Tudo era muito diferente. Era muito lindo aqui, era muito bom chegar aqui, era muito bom pintar tudo, ter aulas diferentes que a gente nunca teria, era muito bom falar sobre política do Brasil com pessoas que querem falar sobre isso e não estar preso numa sala de aula.

G., 23 anos

A ocupação foi um dos momentos mais intensos que já vivi na minha vida. Sempre dizíamos que um dia parecia um ano porque as tretas nunca paravam, mas hoje em dia percebo o quão rápido tudo passou. Creio que, acima de tudo, a ocupação impactou aqueles que estavam ali ocupando, aqueles que viveram por 43 dias em um prédio inóspito e tentaram fazer dele seu lar. A imersão que tivemos na luta, na maioria das vezes com pessoas com quem sequer tínhamos trocado uma ideia antes, criou laços em nós que mudaram completamente a nossa relação com aquele espaço. No final, podemos não ter con-

seguido barrar a PEC, creio que a maioria nunca acreditou que isso era realmente possível, mas nos mantemos ali resistindo e mostrando que as coisas poderiam ser feitas diferente.

R., 23 anos

Acho que a ocupação foi uma espécie de laboratório para muitos de nós. Eram mais de 30 pessoas ali (a maioria nunca tinha se visto), tendo que comer, limpar, organizar e cuidar de um prédio inteiro, mais as atividades e os aulões. Isso criou um senso de comunidade e união muito grande. A gente acreditava muito no que a gente estava fazendo e como a gente estava fazendo. O espaço que era antes pouco convidativo aos nossos olhos tinha virado a nossa casa. E para além do (gigantesco) aprendizado pessoal e do sentimentalismo, as trocas políticas foram também fundamentais. Era uma espécie de experimento democrático participativo e direto. Todas as decisões eram deliberadas através de assembleias gerais em que todos tinham o mesmo direito de fala. Ainda que houvesse a presença de muitas pessoas organizadas, a ocupação teve bastante êxito em se manter sem lideranças e personificada em um coletivo de pessoas diverso e coeso durante boa parte do tempo. É impossível dizer também que foram dias tranquilos ou completamente agradáveis. Cada dia surgiam novos problemas a serem resolvidos, mais uma preocupação para aprender a lidar, ansiedade, pressão. Mesmo assim considero de longe a experiência mais enriquecedora que eu tive em toda a graduação, e também a menos hipócrita. Todo mundo ali queria mais ou menos a mesma coisa, ainda que acreditando em diferentes métodos, e por isso as trocas eram muito sinceras. Até mesmo no modo como a gente se posicionava diante dos professores que nos visitavam, do pessoal terceirizado que a gente se aproximou. Conseguimos desenvolver uma relação de afeto muito pautada no respeito, diferente da comercial e servil da qual estávamos acostumados. A aprovação da PEC aconteceu, o Fora Temer foi banalizado e a movimentação política minguou. Houve muita frustração acumulada, de todos os lados, mas acho que nos ensinou a lidar com o mundo e a política de um jeito muito mais maduro e realista, para muito além de um pessimismo conformista que é o que tem estado presente na maioria dos espaços. A ocupação fez a gente acreditar que era possível fazer e pensar uma outra política e uma outra educação. E pensamos e fizemos, o problema é que infelizmente não fomos capazes de exportar essas vivências para fora da ocupação.

G., 25 anos

Eu costumo dizer que a ocupação foi uma realidade paralela, porque a frequência com que vivíamos os dias era algo fora do normal. A minha experiência posso dividir em o antes e o depois do ato de Brasília. No início o foco era mobilizar as pessoas para o grande ato, tentar mostrar o absurdo que era a PEC 55. Depois da derrota em Brasília a ocupação se reinventou para mim, pois o objetivo principal já havia sido descartado. Viver dentro de uma universidade, mais precisamente no bloco onde você costuma estudar é algo muito louco. Transformar o seu espaço de estudo na sua casa é ter um cuidado muito maior que o

habitual. Conviver com tantas pessoas diferentes de você, com histórias de vidas tão distantes da sua. A ocupação foi um momento de evolução para mim, como ser humano, como ser sociável. A troca de afeto entre os ocupantes, fosse na hora de resolver problemas, fosse na hora de cozinhar, é algo difícil de explicar. Acho que a necessidade de construir um ambiente mais agradável para todos era um elo que nos unia muito, o que estávamos vivendo era um momento único de integração, tanto entre as pessoas do bloco, como entre as ocupações ao redor do Brasil que se sustentavam da esperança de uma mudança real. Eu tenho muita saudade dessa época. Queria que tivéssemos conseguido beber mais do fruto que criamos juntos, mas foi tão intenso para quem viveu que eu entendo o silêncio do fim, talvez seja só um respiro.

**NÃO
PEC 55A'**

**pode acabar
a UFF pública,
gratuita e de
qualidade**

OCUPABLOCO
OCUPABLOCOA

OCUPABLOCO
TU

A PEC É
PRECARIZAÇÃO!
QUEREMOS MAIS
DINHEIRO PARA
SAÚDE E
EDUCAÇÃO

ESTUDANTES
PELO FIM
DO DESMONTE
DO ENSINO
PÚBLICO!

OCUPABLOCOA

OCUPABLOCOA
TU